

O Brasil rural (1968-2018): morre o agrário, nasce um regime agroalimentar global¹

*Zander Navarro
Maria Thereza Macedo Pedroso*

Estendendo-se por um período de cinco décadas, o Brasil vem experimentando uma transformação radical de suas regiões rurais, deixando de apresentar um quase exclusivo setor dominante (a cafeicultura), na década de 1970, para emergir atualmente como uma das potências agroalimentares do mundo. Esta profunda transição, largamente ignorada pelo restante da sociedade, tem uma dupla face: um resultado econômico (centrado nos eixos tecnológico e produtivo) espetacular, mas contraposto à persistência da maioria das mazelas sociais de nossa história, o período mais recente observando a aceleração da seletividade social. Em nenhuma outra esfera social persiste uma “selva darwinista” tão nítida e ostensiva como no campo brasileiro.

Em termos analíticos, esta tem sido uma era caracterizada, nas regiões rurais, por um processo de “desagrarianização”, este sendo definido como um período de reorientação da atividade econômica, fortes ajustes no mercado de trabalho e realinhamentos espaciais distintos do padrão convencional. Diminuem drasticamente as atividades de subsistência, assim como o trabalho agrícola e a população rural residente. Em síntese, uma crescente monetarização da vida social rural, ainda que o valor monetário do trabalho agrícola per capita também se reduza, relativamente, em comparação até mesmo com o trabalho rural não agrícola.

As raízes desse processo localizam-se na modernização iniciada durante o regime militar, o qual semeou a formação de uma geração de produtores rurais, normalmente nos estados sulistas, movidos pela busca de maior lucratividade. Os quais,

¹ Este comentário é uma síntese do capítulo intitulado “Rural Brazil: the passing of its agrarian past, 1968-2018”, a ser publicado no livro organizado por BUAINAIN, A.M.; LANNA, R.; NAVARRO, Z., intitulado *Brazil: Agricultural Development in the New Century (The Rise of a Global Agro-Food Power)*, previsto para maio de 2019, pela Routledge (Londres).

gradualmente, se moveram para as regiões de fronteira do Centro-Oeste e do Norte.

Em 1970, em seus contornos gerais, o Brasil rural era espantosamente modesto do ponto de vista da produção total, sua base tecnológica era extremamente primitiva e as relações comerciais eram reduzidas, seja em relação ao mercado interno ainda incipiente, seja no tocante aos mercados internacionais. No comércio externo, o Brasil mantinha especialmente uma estrutura de comercialização organizada em torno do café – um cultivo que se expandiu na segunda metade do século 19 – e, secundariamente, em torno do açúcar, um cultivo estabelecido no período colonial mais remoto. O terceiro produto exportado, cacau, jamais atingiu mais de 4% do valor total das exportações.

Sendo um país gigantesco, com uma estrutura fundiária concentrada desde a colonização inicial, os aumentos de produção verificados ocorreram sempre devido à expansão da área plantada e, até recentemente, a elevação da produtividade não foi uma orientação econômica que tivesse motivado os produtores rurais. Entre 1948 e 1969, por exemplo, 92% do aumento da produção dos principais produtos agrícolas foi devido exclusivamente à ampliação da área utilizada.

No plano social e político, o quadro era ainda mais atrasado naqueles anos iniciais, pois nas regiões rurais quase não existiam direitos, de nenhuma natureza, e nas quais o Estado e suas políticas e estruturas administrativas praticamente inexistiam. A estrutura da Justiça, no vasto interior brasileiro, era virtualmente nenhuma, e os conflitos nas regiões rurais foram invariavelmente resolvidos pela força bruta. Quase sempre, predominaram os recursos políticos coercitivos mobilizados pelos grandes proprietários de terra e as formas de protesto social pelos trabalhadores rurais e pequenos produtores sempre foram fortemente reprimidas.

A vasta maioria da população rural era extremamente pobre e, sem garantir o acesso a parcelas de terra, o recurso às migrações como fuga (para as cidades ou para as regiões rurais mais remotas, onde ainda existiriam “terras livres”) parecia ser a única alternativa disponível. Não surpreende, portanto, que entre os anos de 1950 e 1980, de acordo com as evidências censitárias e relativamente ao total da população, os processos migratórios tenham sido os mais intensos. Esse movimento foi particularmente vigoroso na década de 1970, quando o equivalente a 30,02%

do total da população deixou as regiões rurais, procurando novas formas de ocupação nas áreas urbanas.

Em síntese, na comparação de meio século a base original de partida é melancólica: o quinto maior país do mundo, com amplos recursos de água, energia e recursos naturais, mostrava-se incapaz naqueles anos até de alimentar adequadamente sua população. E as regiões rurais ostentavam indicadores deploráveis de atraso econômico e social, inclusive no tocante aos direitos humanos mais elementares. Era uma base estrutural que refletia uma história de concentração extrema da propriedade da terra, poder e da riqueza em geral, somada a outros processos históricos que deixaram um grave legado negativo, como a escravidão que vigorou até o final do século 19.

Meio século depois, esta é realidade que não foi totalmente transformada, pois inúmeros aspectos problemáticos, sobretudo sociais, ainda persistem, associados a esse quadro do passado. Mas, se considerado como um todo, o mundo rural de hoje não pode ser comparado com aqueles tempos antigos, pois as diferenças são profundas e estruturais. O Brasil emerge atualmente como um dos maiores produtores mundiais de alimentos, sendo provavelmente o único dos grandes países com um forte setor agropecuário capaz de ampliar muito mais a sua presença nos mercados globais. Alguns breves fatos empíricos são ilustrativos desta transição: em 1970, a agricultura brasileira praticamente não utilizava produtos químicos, mas, atualmente, o Brasil consome entre um sexto e um sétimo do total mundial. No mesmo ano inicial, existiam em torno de 50 mil tratores, todos importados, concentrados na cafeicultura de São Paulo, enquanto em nossos dias em torno de 60-70 mil novos tratores são vendidos a cada ano (todos produzidos no Brasil). A produção de soja não constava do Censo Agropecuário em 1970, pois começava a ser plantada, enquanto atualmente o país está na iminência de se tornar o maior produtor mundial desta *commodity*. E o mais decisivo de todos os indicadores: se comparados os dois extremos temporais, atualmente o setor agropecuário produz 80 vezes mais riqueza (em termos de valor real bruto da produção), o que tem irrigado monetariamente o sistema agroalimentar – e a economia como um todo. São rápidas ilustrações, citadas aqui apenas para sugerir um passado agrário que está deixando de existir.

Os fatos novos do mundo rural brasileiro

São inúmeras as mudanças com significação (social, econômica, tecnológica) que emergiram claramente nas regiões rurais nas últimas décadas, e que mereceriam uma extensa discussão analítica. Não são fatos ocasionais, mas situações e tendências que contribuem para demonstrar a formação de uma fase inédita na história rural brasileira, geradora de profundas implicações para o futuro imediato do setor. Em outras situações, ocorrem movimentos territoriais que espelham a mobilidade do capital em busca de sua maximização, orientação econômica que era ainda relativamente débil no passado agrário do Brasil. Nesse comentário são apresentados e discutidos sinteticamente “sete fatos novos” principais que vêm marcando este processo de transformação, não apenas da produção, mas igualmente da vida social rural. São fatos que apresentam forte magnitude em algumas regiões e menos em outras, como seria esperado em um espaço econômico que é muito extenso (geograficamente), espelhando o aprofundamento de sua heterogeneidade estrutural. O que é comum aos fatores discutidos a seguir, contudo, é que todos estão em desenvolvimento nas regiões rurais, suas diferenças sendo apenas de intensidade e escopo. Essas mudanças, se analisadas conjuntamente, claramente apontam para uma etapa emergente do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro ou, em termos mais conceituais, uma nova etapa de acumulação, pois a terra, que no passado era a principal fonte de riqueza no campo, vai aos poucos cedendo lugar às várias modalidades de capital. É esse pressuposto que permite afirmar com convicção sobre “o fim do agrário” no Brasil rural, tal como se apresentou na maior parte da história do país.

Na gênese do período analisado, existindo trabalhadores rurais em alta proporção, como era o caso brasileiro nas décadas de 1950 a 1970 (ou seja, uma oferta de trabalho sobrando e barata), o preço do fator trabalho seria sempre rebaixado e, assim, as mudanças operadas no processo de produção favoreciam o uso intensivo da mão de obra, ancoradas em salários aviltantes e a inexistência de direitos trabalhistas. E a abundância de terras (apropriadas privadamente), na maior parte das situações, foi um estímulo poderoso à expansão da agropecuária através do crescimento da área plantada e da pecuária extensiva – como foi o caso brasileiro até um período recente. Ambas as situações desfavoreceram a modernização no campo, mantendo baixos indicadores de

produtividade geral. No entanto, uma vez imposta uma lógica capitalista, aquelas tendências anteriores foram gradualmente perdendo sua primazia e o fator “tecnologia” (ou intensificação produtiva) passou lentamente a se tornar o determinante principal e, também de forma gradual, o condutor da expansão econômica da agropecuária passaria a ser outro – a produtividade. Em síntese, o que aqui se discute é exatamente a transição entre um “Brasil rural agrário” do passado para um “Brasil rural [essencialmente] agrícola” orientado, crescentemente, por forças estritamente econômico-financeiras. Nesta passagem histórica, entre outras implicações, o mercado de trabalho rural vem encolhendo, enquanto ampliam-se os processos de mecanização da atividade. E o fator terra passou a ser administrado de forma radicalmente diferente – do crescimento extensivo à busca incessante pela “produtividade vertical”, elevando os resultados por unidade de terra, capital e trabalho.

Como faceta crucial a ser enfatizada, sendo o resultado imediato da transição referida, o adensamento tecnológico que vem caracterizando as mudanças recentes no setor agropecuário significa, como resultado social mais dramático, o aprofundamento ainda mais grave das assimetrias sociais no campo brasileiro. Nos anos setenta, a desigualdade social naquelas regiões já era espantosa, mantendo, de um lado, uma das maiores concentrações da propriedade da terra do mundo e, do outro lado, uma imensa massa de famílias rurais empobrecidas. A expansão econômica e, em especial, a disseminação tecnológica entre os produtores rurais de orientação mais empresarial e crescentemente integrada aos mercados globais, vem ampliando a distância econômica entre esta minoria e o restante da população que vive nas áreas rurais.

Em consequência, apresentados a seguir sinteticamente, o primeiro e mais decisivo fator a ser salientado é a emergência, plena e incontestável, do imperativo econômico e financeiro como o condutor principal do desenvolvimento agrário, subordinando todos os demais eixos de transformação que, em décadas passadas, tinham tido importância também proeminente. São inúmeras as evidências empíricas a respeito. O financiamento da atividade, por exemplo, que inicialmente era totalmente dependente dos recursos do Tesouro Nacional, depois passou a contar com recursos de empresas privadas e dos próprios agricultores e, mais recentemente, também de investidores internacionais. O crescimento das cadeias

produtivas e a presença de grandes empresas, inclusive multinacionais, significou também a valorização dessas firmas na bolsa de valores. A agropecuária brasileira, de fato, se transformou em uma máquina de produção de riqueza e, por esta razão, vem atraindo mais capitais, tanto os nacionais como os investidores externos.

Como discutido em outros capítulos do livro, a notável expansão da produtividade total de fatores é um segundo aspecto a ser enfatizado, pois a presença dominante da tecnologia e das inovações (ou “a ciência”, em geral) representa, concretamente, não apenas a constituição de uma nova geração de produtores rurais e seus comportamentos distintos do passado. Representa também a concretude da dominação dos determinantes econômicos e financeiros, pois a expansão da tecnologia nos sistemas agrícolas de produção, de fato, significam custos mais elevados, número maior de firmas presentes, ampliação das cadeias produtivas, mais investimentos e maior lucratividade do negócio como um todo.

Outro aspecto a ser salientado diz respeito à perda de importância, na contabilidade econômica desse novo padrão de acumulação, dos fatores “terra” e “trabalho” vis-à-vis o fator “tecnologia”. Esta inversão estatística tem sido amplamente demonstrada, em acordo com os dois últimos censos, em 1995/96 e o Censo 2006. Enquanto a participação dos fatores trabalho (0.26 e 0.21) e terra (0.15 e 0.09) caíram nos dois censos, o fator tecnologia cresceu ainda mais no intervalo entre os censos, de 0.42 para 0.64. São indicadores nacionais que demonstram cabalmente, entre outros impactos, a irrelevância, por exemplo, de um programa nacional de redistribuição de terras, pois oferecer parcelas de terras a famílias rurais pobres, de fato, não significa uma oportunidade promissora, mas apenas uma rápida etapa com acesso à terra, mantendo, porém, a pobreza rural.

O quarto aspecto entendido como um “fator novo” no período recente é típico de processos expansivos de crescimento econômico que “liberam os fatores de produção” (capital, trabalho), dotando-os de maior mobilidade, seja no tocante aos investimentos realizados ou, então, no que diz respeito à sua mobilidade territorial. Nesse caso, não podendo ilustrar com inúmeras situações específicas, registre-se apenas a verificação empírica atualmente notória nas diversas regiões rurais. Primeiramente, prevalece uma ampla mobilidade de trabalhadores rurais assalariados, capazes de longas viagens em busca de emprego com melhores condições de remuneração, ao contrário do passado, quando a

inexistência de meios de transporte impedia esta mobilidade do trabalho. E a mobilidade do capital é ainda mais ágil e conhecida sob o rótulo das mudanças espaciais materializadas nos últimos cinquenta anos. Gradualmente se percebe a emergência de um novo “arco produtivo” no centro do Brasil, formado por uma imensa área geográfica que se estende a partir do oeste do rio São Francisco, na Bahia, e cobre os estados de Goiás, a maior parte de Tocantins, praticamente todo o Mato Grosso e a maior parte do Mato Grosso do Sul, se estendendo também a oeste até Rondônia. Esta grande região emerge atualmente como a mais importante, do ponto de vista da produção agropecuária e deve consolidar-se como o maior polo produtor do Brasil.

O quinto “fato novo”, de imensa importância por suas diversas implicações, diz respeito à estrutura de produção do sistema agroalimentar brasileiro, o qual se torna diversificado, flexível e sensível aos sinais de mercado, além de mostrar sinais crescentes de sofisticação adaptativa. Sua evidência principal é a integração aos mercados mundiais, na esteira da globalização, um fato de imensas consequências para o setor agropecuário do país.

Há um sexto fator que também precisa ser introduzido nesta análise e que evidencia a subordinação do campo, da produção e inclusive de aspectos sociais e culturais da vida rural às marcas tipicamente urbanas, uma inversão que contribui decisivamente para também sepultar o passado agrário. Um fascinante tema de pesquisa seria investigar o da indústria cultural que “capturou” parte da música de origem rural (sertaneja) e a transformou em uma das mais poderosas iniciativas da música brasileira atual, totalmente dominada por interesses urbanos. Mas outra demonstração empírica específica diz respeito à formação de novas ocupações ligadas às cadeias produtivas ou, mais genericamente, ao “emprego não agrícola do agronegócio”. Lembrando que as atividades rurais foram os maiores empregadores em toda a história brasileira, fato que foi interrompido em 2011.

Por fim, em conclusão, outra evidência reveladora de um novo período experimentado pela produção agropecuária e pela vida social rural pode ser evidenciada por dois fatos tipicamente “agrários” que foram ostensivos no passado, mas que vão deixando de existir. Primeiramente, o gradual desaparecimento de temas necessariamente associados à história rural anterior do país, como reforma agrária e os conflitos a ela associados, assim como o surgimento de um movimento social de trabalhadores rurais

sem terra (o MST). Tanto o programa brasileiro de redistribuição fundiária foi interrompido em anos recentes como, em especial, a demanda social pelo acesso à terra também deixou de existir e, assim, o MST perdeu a sua *raison d'être*.

Embora raramente comentada na literatura especializada, outra evidência empírica é ainda mais eloquente, quando são comparados os censos agropecuários de 1970 e o mais recente, publicado em 2006. Se tomadas apenas as proporções, relativamente ao total de estabelecimentos rurais apurados, o número de proprietários cresceu de 59.5%, em 1970, para 75.9%, em 2006. Ainda mais decisivos e reveladores, os indicadores de “arrendatários e parceiros”, os quais indicam as formas de produção não capitalistas, caíram no mesmo período de 20.0% para 6.9%. Finalmente, quando considerados os “ocupantes”, nos mesmos anos, a queda foi de 16,1% para 7,8%, em 2006. São dados que demonstram, de um lado, a expansão da apropriação privada da terra, de um lado. Mas, de outro lado, são números que registram a ocupação da terra por famílias rurais pobres sob arranjos não capitalistas na década de 1970, em face da abundância de força de trabalho, a existência de “terras livres” e os processos migratórios em direção às regiões da fronteira agrícola. São evidências de privatização dos recursos da terra e o avanço de uma lógica capitalista que no período foi capturando as regiões rurais.

As tendências de médio prazo

Em um prazo médio (algo em torno de duas décadas), quais seriam as tendências principais que poderiam ser imediatamente identificadas, a partir da transição sugerida? Provavelmente, são cinco esses macro processos, em escala nacional, os quais, somados e atuando conjuntamente, certamente confirmarão no prazo sugerido a afirmação irreversível de um novo padrão de acumulação de capital no campo brasileiro e suas decorrentes implicações sociais e econômicas. Esquemáticamente, essas tendências principais seriam:

(a) a dominação definitiva e categórica do capital financeiro na determinação de todos os processos essenciais do funcionamento do sistema agroalimentar nacional – e não apenas cadeias produtivas específicas, as mais dinâmicas e globalizadas. Da produção e sua organização tecnológica à distribuição dos ganhos entre os participantes do sistema. É determinação que implica em uma

hierarquia de poder e a crescente capacidade de exercê-la por algumas empresas, seja pela redução da ação governamental ou, então (e muito mais decisivo), pelo poder do capital financeiro e seus agentes de organizarem a estrutura tecnológica, organizacional e normativa que melhor possa servir aos seus interesses;

(b) em grande parte como consequência da primeira tendência antes referida, intensifica-se um forte e visível processo de diferenciação social, também chamado às vezes de “exclusão social” (por sua face negativa). O que significa que a expansão econômica da agropecuária brasileira, nesta etapa recente, produz uma antinomia nítida nas regiões rurais – poucos vencedores e muitos perdedores. Em termos concretos, esta força econômica e financeira, associada particularmente às tendências demográficas das últimas décadas (discutidas em outras partes desse livro), está produzindo o esvaziamento do campo brasileiro. Em 2040, sem nenhuma dúvida, apenas duas macro regiões, o Nordeste e os três estados sulistas, deverão ainda apresentar indicadores de densidade populacional rural de alguma significação quantitativa;

(c) o tema da heterogeneidade estrutural do campo brasileiro vem assumindo uma faceta dramática, não apenas em termos econômicos, mas, em especial, no tocante aos seus aspectos sociais. Na gênese do processo de modernização proposto como o ponto zero – a década de 1970 – as regiões rurais já eram caracterizadas por forte distinção estrutural entre si, destacando-se o Nordeste rural por sua trajetória histórica de pobreza. Nessas cinco décadas, aprofundou-se fortemente a heterogeneidade entre grupos e classes sociais rurais, entre as regiões, entre as cadeias produtivas e também se comparados os tipos de produtos agrícolas e pecuários. Nesse aspecto, o que se pretende aqui salientar é, sobretudo, o destino do Nordeste rural, uma gigantesca área do território brasileiro, marcado pela presença em seu interior do semiárido, cada vez mais afetado pelas mudanças climáticas e inviabilizado do ponto de vista agrícola pela escassez de água. Estaria o Nordeste rural (e, especialmente, o semiárido) condenado a deixar de ser um espaço produtivo e social em prazo médio?

(d) a forte modernização produtiva e tecnológica de diversos ramos produtivos da agropecuária tem estimulado a emergência de diversas formas organizacionais caracterizadas por crescente complexidade – sobretudo no aspecto tecnológico. É tendência que deve tornar-se ainda mais aguda com o passar dos anos, a qual exigirá dos agricultores conhecimentos especializados para lidar

com formas de organização que se tornam tecnicamente mais abstratas e complexas. É dificuldade que se estenderá às articulações comerciais e financeiras, em toda a cadeia produtiva. Não parece ser ousado, portanto, insistir que a “tecnologia” e seu adensamento, produzindo mais complexidade, deve tornar-se o principal eixo de concentração da riqueza e da seleção entre os produtores;

(e) ante o conjunto de processos e tendências analisados, vem surgindo com crescente inquietação entre os estudiosos a pergunta: qual a estratégia da ação governamental? A ação do Estado voltada às regiões rurais tem sido errática, pois correspondente às vicissitudes macroeconômicas e suas variações, mas sem uma estratégia pré-definida com objetivos de médio e longo prazo a serem alcançados.